

PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR

Edital nº 001/2023

09 de julho de 2023

CONSELHEIRO TUTELAR

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01. Favor abrir este caderno somente quando autorizado pelo Fiscal Chefe de Sala.

02. Conforme Edital de Abertura, este Caderno de Prova, possui **50 (cinquenta) questões objetivas** de múltipla escolha, distribuídas da seguinte forma:

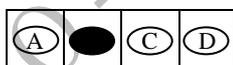
CONSELHEIRO TUTELAR – SANTA VITÓRIA/MG			
DISCIPLINAS	QUESTÕES	PESO	TOTAL
LEI FEDERAL Nº 8.069/1990 / 12.696/2012	15	2,0	30
LEI FEDERAL Nº 13.431/2017	11	2,0	22
DECRETO PRESIDENCIAL Nº 9.603/2018	12	2,0	24
LEI FEDERAL Nº 14.344/2022	12	2,0	24
TOTAL	50	-	100

03. Cada questão apresenta 04 (quatro) opções de respostas, identificadas com as letras **(A), (B), (C) e (D)**. Apenas uma responde adequadamente à questão, considerando a numeração de **01 a 50**, conforme exemplo na folha do **Cartão-Resposta**, a ser respondido.

04. Serão consideradas válidas somente as questões assinaladas corretamente no **Cartão-Resposta**, com caneta esferográfica com tinta azul ou preta, portanto, as alternativas rasuradas, a lápis, em branco ou assinaladas em duplicidade **no cartão de respostas/gabarito, não serão consideradas**, e o **CARTÃO-RESPOSTA NÃO SERÁ TROCADO**, em hipótese alguma.

05. As questões no caderno de prova que forem assinaladas **sem ser no Cartão-Resposta, NÃO SERÃO CORRIGIDAS, sendo desconsideradas.**

06. A maneira correta de assinalar a alternativa, no cartão resposta, é cobrindo, **COMPLETAMENTE**, todo o espaço correspondente, conforme o exemplo, a seguir:



ATENÇÃO: Formas de marcação diferentes da que foi determinada, implicarão na rejeição do **CARTÃO-RESPOSTA** pela leitora ótica e/ou manualmente, **NÃO SENDO CORRIGIDO.**

07. Confira, com máxima atenção, este **Caderno de Prova**, observando no rodapé das folhas se equivale ao cargo escolhido na inscrição, se há o número exato de questões e se não há defeito(s) de impressão que dificultem a leitura. Caso contrário, favor comunicar **IMEDIATAMENTE** ao Fiscal.

08. Assinar seu nome e inscrição no campo abaixo desta folha, lembrando que este caderno de prova deverá ficar com o candidato.

09. Confira seus dados no **CARTÃO-RESPOSTA**: Nome, Nº de Inscrição, Sala, Cargo/Prova, **não o amasse e nem o dobre**, evite usar borracha e **ASSINE** no espaço indicado para **Assinatura do Candidato** no **Cartão-Resposta**.

10. O candidato somente poderá ausentar-se da sala 30 (trinta) minutos após o início das provas, **após autorizado pelo fiscal da sala**. Exclusivamente, nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica e necessidade extrema, que necessite ausentar-se, antes dos 30 (trinta) minutos após o início da prova, poderá fazê-lo desde que acompanhado de um fiscal de apoio.

11. Após o horário de início da prova, o candidato somente será permitido deixar definitivamente a sala **após 2 (duas) horas do início da prova.**

12. O candidato poderá levar consigo o **Caderno de Prova** após transcorridas **3 (três) horas** do início da prova, e, deverá obrigatoriamente **DEVOLVER** ao fiscal da sala o **Cartão-Resposta** devidamente assinado, sob pena de ser desclassificado.

13. Os **03 (três) últimos candidatos** só poderão deixar a sala após entregarem juntos o **CARTÃO-RESPOSTA** e assinarem a Ata de Encerramento e o envelope no qual estarão acondicionados todos os Cartões-Respostas da sala.

14. SERÁ ELIMINADO do Processo de Escolha o candidato que se utilizar, durante a realização da prova, de dispositivos eletrônicos, rádios gravadores, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie, ou ainda causar tumultos, embaraços, ruídos, conversas paralelas, ou se ausentar da sala levando consigo o Caderno de Prova antes do prazo previsto, bem como o **Cartão-Resposta** que deverá ser entregue ao Fiscal.

15. Qualquer **TENTATIVA DE FRAUDE**, se descoberta, implicará em imediata denúncia às autoridades competentes, que tomará as medidas cabíveis, sendo passível inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos e conseqüentemente eliminação do processo.

16. A duração máxima da prova é de **04 (quatro) horas, iniciando-se as 09:00h e encerrando-se as 13:00h.**

17. Divulgação do Gabarito Preliminar: Dia **09/07/2023** até as **23h, através dos órgãos oficiais previstos no Edital.**

REALIZAÇÃO: VERSÁTIL TECNOLOGIA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS – www.versatilsolucoesadm.com.br

Nome do (a) candidato (a):

Inscrição:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

As questões de 01 a 15 se referem ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Questão 01

Joana, uma jovem mãe solteira de 19 anos, acaba de dar à luz a seu filho. Ela está emocionalmente instável e considerando entregar o bebê para adoção, mas está com medo e confusa. Com base no Artigo 8 do ECA, qual deve ser a ação do Sistema Único de Saúde (SUS)?

- a) O SUS deve preterir os sentimentos de Joana, pois o foco deve ser a saúde do bebê.
- b) O SUS deve imediatamente iniciar o processo de adoção, visto que Joana expressou esse desejo.
- c) O SUS deve fornecer assistência psicológica a Joana, tanto para ajudá-la a lidar com o estado puerperal quanto para orientá-la sobre a decisão de entrega para adoção.
- d) O SUS deve encaminhar Joana para uma instituição de assistência social para lidar com sua situação, pois isso está além do escopo da saúde.

Questão 02

Renata e Carlos acabaram de ter gêmeos em um hospital público. Como pais de primeira viagem, eles têm muitas dúvidas e estão um pouco perdidos. Carlos notou que os bebês, saudáveis assim como a mãe, ficam em uma sala separada da mãe e isso o incomodou. Com base no Art. 10 do ECA, Carlos:

- a) Deve aceitar a decisão do hospital, uma vez que a equipe médica sabe o que é melhor para a mãe e os recém-nascidos.
- b) Pode exigir que os recém-nascidos fiquem em alojamento conjunto com Renata, pois é um direito garantido pelo Estatuto.
- c) Deve esperar até que a equipe médica considere seguro para Renata e os recém-nascidos compartilharem o mesmo quarto.
- d) Pode solicitar alojamento conjunto, mas somente se Renata tiver condições físicas para cuidar dos recém-nascidos sem assistência médica.

Questão 03

O ECA dispõe que os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, por um determinado prazo. Nesse sentido, considerando que uma criança nasceu em 9 de julho 2023, até qual data o hospital deve manter os registros mencionados?

- a) 9 de julho de 2028.
- b) 9 de julho de 2033.

- c) 9 de julho de 2035.
- d) 9 de julho de 2041.

Questão 04

Pedro, com 14 anos, foi encontrado com marcas de agressão física por um professor de sua escola. Ao ser questionado, Pedro revelou que seu pai o agrediu como castigo por ter tirado uma nota baixa em uma prova. O professor imediatamente comunicou o caso ao Conselho Tutelar. Com base no Art. 18-B do ECA, quais medidas podem ser tomadas contra o pai de Pedro?

I - O pai de Pedro não pode sofrer qualquer medida, pois tem autoridade sobre o filho e a punição era relacionada a assuntos escolares.

II - O pai de Pedro pode ser obrigado a encaminhar Pedro para tratamento psicológico ou psiquiátrico, além de outras medidas como ser encaminhado a um programa oficial ou comunitário de proteção à família, ou a cursos ou programas de orientação.

III - O pai de Pedro pode ser imediatamente preso por agressão.

Das assertivas, NÃO se pode afirmar que:

- a) Apenas II não está incorreta.
- b) I não está correta.
- c) Apenas II e III estão corretas.
- d) III está incorreta.

Questão 05

Júlia, uma mulher de 20 anos, sempre teve o desejo de contribuir para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, mas, no momento, não tem condições de adotar uma criança. Ela tomou conhecimento sobre o programa de apadrinhamento e se interessou em participar. Entretanto, Júlia tem dúvidas sobre quem pode se tornar padrinho ou madrinha no âmbito deste programa. Com base no Art. 19-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as assertivas e julgue V, para as verdadeiras, ou F, para as falsas, sobre a situação de Júlia.

- () Não pode se tornar madrinha, pois não está inscrita nos cadastros de adoção.
- () Pode se tornar madrinha, desde que cumpra os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento do qual ela pretende fazer parte.
- () Não pode se tornar madrinha, pois apenas pessoas jurídicas podem apadrinhar crianças e adolescentes.
- () Não pode se tornar madrinha, pois o apadrinhamento é restrito a organizações da sociedade civil.

Qual alternativa preenche, corretamente, de baixo para cima, os parênteses acima?

- a) F – F – V – F.
- b) V – V – F – F.
- c) F – V – F – F.
- d) V – F – F – V.

Questão 06

Pedro e Ana, um casal casado que cumpre todos os requisitos para adoção, expressaram interesse em adotar João, um adolescente de 14 anos que está atualmente em um abrigo. João tem uma irmã, Maria, de 10 anos, que também está no mesmo abrigo. Pedro e Ana, no entanto, indicaram que estão interessados apenas em adotar João, não Maria. Com base no Art. 28 do ECA, qual das seguintes afirmações é correta?

- a) Pedro e Ana podem adotar João, independentemente da presença de Maria, já que eles têm direito de escolha.
- b) Pedro e Ana não podem adotar João sem também adotar Maria, a menos que exista um risco comprovado de abuso ou outra situação que justifique uma solução diferente.
- c) Pedro e Ana devem primeiramente adotar Maria, pois ela é mais nova, antes de poderem adotar João.
- d) Pedro e Ana podem adotar João somente se Maria consentir a adoção, uma vez que eles são irmãos.

Questão 07

Camila, uma mulher solteira de 30 anos, tem cuidado de Pedro, um menino de 15 anos que é filho de uma prima distante. A mãe de Pedro faleceu e seu pai é desconhecido. Camila tem proporcionado a Pedro uma vida estável e amorosa e agora está considerando a adoção formal do adolescente. No entanto, ela se preocupa com o fato de que a adoção possa de alguma forma interferir na herança que Pedro poderia receber de sua mãe biológica. Com base nos artigos 39 e 41 do ECA, qual das seguintes afirmações é correta?

- a) Camila não pode adotar Pedro, pois a adoção é vedada para parentes.
- b) Camila pode adotar Pedro, e a adoção não desligaria Pedro de qualquer vínculo com sua mãe biológica.
- c) Camila pode adotar Pedro, mas a adoção desligaria Pedro de qualquer vínculo com sua mãe biológica e seus parentes, incluindo a herança.
- d) Camila pode adotar Pedro, mas ela terá que compartilhar a custódia de Pedro com a família extensa do lado materno de Pedro.

Questão 08

Marcelo, um homem solteiro, conseguiu uma sentença judicial favorável para a adoção de um adolescente chamado Pedro. Marcelo vive na cidade de Salvador, mas a adoção foi realizada em São Paulo, onde Pedro residia em um abrigo. Agora, Marcelo deseja lavrar o novo registro civil de Pedro no cartório de sua cidade.

De acordo com o ECA, Marcelo pode fazer o novo registro no cartório de Salvador?

- a) Não, o registro deve ser realizado no cartório da cidade onde a adoção foi oficializada.
- b) Sim, a pedido do adotante, o novo registro pode ser lavrado no Cartório do Registro Civil do Município de sua residência.
- c) Não, o registro deve ser feito na cidade de origem do adotado.
- d) Sim, mas apenas se Pedro, o adotado, também concordar.

Questão 09

De acordo com o ECA, o prazo máximo para conclusão da ação de adoção será de determinado período, podendo ser prorrogado, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária. Então, desconsiderando prorrogação, uma ação de adoção iniciada em 9 de julho de 2023, considerando dias corridos, deve ser concluída em:

- a) 6 de novembro de 2023.
- b) 9 de novembro de 2023.
- c) 11 de novembro de 2023.
- d) 15 de novembro de 2023.

Questão 10

Considere que a Sra. Maria e o Sr. João adotaram uma criança, a pequena Ana, cujos pais biológicos ainda são vivos. Infelizmente, Maria e João falecem em um acidente de carro quando Ana tem 10 anos. Com base neste cenário, analise as partes que seguem:

(1ª parte): O poder familiar retorna automaticamente para os pais biológicos de Ana.

(2ª parte): Ana será entregue a um parente próximo ou a um guardião legalmente nomeado; os pais biológicos não têm direito automático ao poder familiar.

(3ª parte): Ana pode escolher viver com quem ela quiser, incluindo seus pais biológicos.

Das partes, pode-se afirmar que:

- a) Somente a 1ª e a 3ª partes estão incorretas.
- b) A 1ª, a 2ª e a 3ª partes estão corretas.
- c) Somente a 2ª parte não está correta.
- d) Somente a 3ª parte não está incorreta.

Questão 11

Um adolescente de 16 anos recebe uma oferta de emprego em uma fábrica que opera 24 horas. O turno proposto é das 23h às 5h. Ele está entusiasmado com a oportunidade de ganhar dinheiro próprio, mas ainda frequenta a escola durante todo o dia. Com base neste cenário, analise as assertivas:

- I. O adolescente pode trabalhar durante a noite, desde que tenha consentimento dos pais.
- II. O trabalho noturno é expressamente proibido para adolescentes.
- III. Ele poderá aceitar a oferta, pois o trabalho não irá interferir nos seus estudos.

Das assertivas, NÃO se pode afirmar que:

- a) Somente II não está incorreta.
- b) I está incorreta.
- c) III não está correta.
- d) I, II e III estão incorretas.

Questão 12

Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária. Para tanto, as crianças menores de determinada idade somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável. Nesse sentido, analise as seguintes situações hipotéticas de crianças e suas respectivas idades.

- I. João – 8 anos.
- II. Pedro – 11 anos.
- III. Luana – 9 anos.
- IV. Larissa – 12 anos.

Com base no disposto no artigo 75 do ECA, quem precisa obrigatoriamente estar acompanhado dos pais ou responsáveis para ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição?

- a) João, Pedro, Luana e Larissa.
- b) Apenas Larissa.
- c) Apenas João, Pedro e Luana.
- d) Apenas João e Luana.

Questão 13

As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes. As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária. Nesse sentido, os programas em execução serão reavaliados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no máximo, a cada:

- a) 6 meses.
- b) 1 ano.
- c) 2 anos.
- d) 4 anos.

Questão 14

As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, EXCETO:

- a) Restringir direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação.
- b) Oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos.
- c) Diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares.
- d) Reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente.

Questão 15

As medidas de proteção à criança e ao adolescente poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Não obstante, há alguns princípios que regem a aplicação das medidas. Sobre tais princípios, analise as assertivas e julgue V, para as verdadeiras, ou F, para as falsas.

- () Proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada.
- () Responsabilidade parental: na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente deve ser dada prevalência às medidas que os mantenham ou reintegrem na sua família natural ou extensa ou, se isso não for possível, que promovam a sua integração em família adotiva.
- () Oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsável devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa.

Qual alternativa preenche, corretamente, de cima para baixo, os parênteses acima?

- a) V – V – V.
- b) F – V – V.
- c) V – F – F.
- d) F – F – F.

As questões de 16 a 26 se referem à Lei Federal nº 13.431/17, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13

de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Questão 16

Em relação ao que se considera violência psicológica, analise as assertivas:

- I. Qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (bullying) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional.
- II. O ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este.
- III. Qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha.

Das assertivas, pode-se afirmar que:

- a) Apenas I e II estão incorretas.
- b) I, II e III não estão incorretas.
- c) Apenas III não está correta.
- d) Apenas I e III estão corretas.

Questão 17

Sobre o conceito de tráfico de pessoas, analise as partes que seguem:

É entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente (**1ª parte**), exclusivamente dentro do território nacional (**2ª parte**), com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação (**3ª parte**).

Das partes, NÃO se pode afirmar que:

- a) A 2ª parte não está incorreta.
- b) A 1ª parte está correta.
- c) A 3ª parte não está incorreta.
- d) A 2ª parte está incorreta.

Questão 18

A aplicação da Lei nº 13.431/17, sem prejuízo dos princípios estabelecidos nas demais normas nacionais e internacionais de proteção dos direitos da criança e do adolescente, terá como base, entre outros, os direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente a ser resguardado e protegido de sofrimento, com direito a apoio, planejamento de sua participação, prioridade na tramitação do processo, celeridade processual, idoneidade do atendimento e limitação das intervenções. No que se refere ao referido planejamento, no caso de depoimento especial, será realizado entre:

- a) O conselho tutelar e os pais da criança ou adolescente.
- b) A criança ou adolescente e seus colegas de escola.
- c) A equipe médica responsável pelo atendimento à criança ou adolescente.
- d) Os profissionais especializados e o juízo.

Questão 19

Acerca dos conceitos de escuta especializada e depoimento especial, analise as assertivas:

- I. Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.
- II. Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

Das assertivas, pode-se afirmar que:

- a) I e II estão incorretas, pois os conceitos foram invertidos.
- b) Apenas II não está correta, pois autoridade policial não pode participar do procedimento de oitiva.
- c) Apenas I não está correta, pois não há qualquer limitação sobre o assunto do relato.
- d) I e II estão plenamente corretas.

Questão 20

Com relação aos procedimentos de escuta especializada e depoimento especial, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A criança ou o adolescente será resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento.
- b) A escuta especializada e o depoimento especial serão realizados em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a

privacidade da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência.

- c) O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova quando a criança tiver menos de 12 anos ou em caso de violência sexual.
- d) O depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.

Questão 21

O depoimento especial será colhido conforme determinados procedimentos. Sobre tais procedimentos, analise as assertivas e julgue V, para as verdadeiras, ou F, para as falsas.

- () É assegurada à criança ou ao adolescente a livre narrativa sobre a situação de violência, podendo o profissional especializado intervir quando necessário, utilizando técnicas que permitam a elucidação dos fatos.
- () O profissional especializado poderá adaptar as perguntas à linguagem de melhor compreensão da criança ou do adolescente.
- () No curso do processo judicial, o depoimento especial será transmitido em tempo real para a sala de audiência, vedado o sigilo.
- () O depoimento especial será gravado exclusivamente em áudio.

Qual alternativa preenche, corretamente, de baixo para cima, os parênteses acima?

- a) F – F – V – V.
- b) V – V – F – F.
- c) F – F – F – V.
- d) V – V – V – F.

Questão 22

Ainda no que tange ao depoimento especial, NÃO se pode afirmar que:

- a) À vítima ou testemunha de violência é garantido o direito de prestar depoimento diretamente ao juiz, se assim o entender.
- b) O juiz tomará todas as medidas apropriadas para a preservação da intimidade e da privacidade da vítima ou testemunha.
- c) O profissional especializado comunicará ao juiz se verificar que a presença, na sala de audiência, do autor da violência pode prejudicar o depoimento especial ou colocar o depoente em situação de risco, caso em que, fazendo constar em termo, será autorizado o afastamento do depoente.
- d) O depoimento especial tramitará em segredo de justiça.

Questão 23

Violar sigilo processual, permitindo que depoimento de criança ou adolescente seja assistido por pessoa estranha ao processo, sem autorização judicial e sem o consentimento do depoente ou de seu representante legal, implica em pena de:

- a) Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
- b) Reclusão, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, apenas.
- c) Detenção, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.
- d) Detenção, de 3 (três) a 9 (nove) meses, apenas.

Questão 24

Constatado que a criança ou o adolescente está em risco, a autoridade policial requisitará à autoridade judicial responsável, em qualquer momento dos procedimentos de investigação e responsabilização dos suspeitos, as medidas de proteção pertinentes, entre as quais:

- I. Solicitar o afastamento cautelar do investigado da residência ou local de convivência, em se tratando de pessoa que tenha contato com a criança ou o adolescente.
- II. Requerer a inclusão da criança ou do adolescente em programa de proteção a vítimas ou testemunhas ameaçadas.
- III. Requerer a prisão preventiva do investigado, quando houver insuficientes indícios de ameaça à criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência.

Das assertivas, NÃO se pode afirmar que:

- a) Apenas III está incorreta.
- b) II está correta.
- c) I, II e III não estão incorretas.
- d) I não está incorreta.

Questão 25

Ainda sobre as medidas de proteção pertinentes que a autoridade policial requisitará à autoridade judicial, está representar ao Ministério Público para que proponha _____, resguardados os pressupostos legais e as garantias previstas no art. 5º da Lei 13.431/17, sempre que a demora possa causar prejuízo ao desenvolvimento da criança ou do adolescente.

Qual alternativa preenche, corretamente, a lacuna?

- a) ação de emancipação do menor.
- b) ação cautelar de antecipação de prova.
- c) proposta de aplicação de medidas socioeducativas.
- d) petição para restringir o direito dos pais à criança.

Questão 26

As políticas implementadas nos sistemas de justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde deverão adotar ações articuladas, coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento e ao atendimento

integral às vítimas de violência. Tais ações observarão as seguintes diretrizes, EXCETO:

- Abrangência e integralidade, devendo comportar avaliação e atenção de todas as necessidades da vítima decorrentes da ofensa sofrida.
- Celeridade do atendimento, que deve ser realizado imediatamente - ou tão logo quanto possível - após a revelação da violência.
- Máxima intervenção dos profissionais envolvidos.
- Monitoramento e avaliação periódica das políticas de atendimento.

As questões de 27 a 38 se referem ao Decreto nº 9.603/18, que regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Questão 27

Em relação às medidas adotadas pelo Poder Público, a criança e o adolescente têm preferência:

- Em receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- Em receber atendimento em serviços públicos ou de relevância pública.
- Na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- Na destinação privilegiada de recursos públicos para a proteção de seus direitos.

Das assertivas, pode-se afirmar que:

- Somente 1 delas está correta.
- Somente 2 delas estão corretas.
- Somente 3 delas estão corretas.
- Todas as 4 estão corretas.

Questão 28

Tão logo a situação de perigo seja conhecida, a criança e o adolescente devem receber, das autoridades competentes, intervenção:

- Máxima.
- Precoce.
- Urgente.

Das assertivas, NÃO se pode afirmar que:

- Apenas I não está correta.
- III não está incorreta.
- II está correta.
- Apenas II e III não estão corretas.

Questão 29

Sobre os princípios que regem o Decreto, assinale a alternativa INCORRETA.

- A criança e o adolescente têm assegurado o direito de exprimir suas opiniões livremente nos assuntos que lhes digam respeito, inclusive nos procedimentos administrativos e jurídicos, consideradas a sua idade e a sua maturidade, garantido o direito de permanecer em silêncio.
- A criança e o adolescente têm o direito de não serem discriminados em função de raça, cor, sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou regional, étnica ou social, posição econômica, deficiência, nascimento ou outra condição, de seus pais ou de seus responsáveis legais.
- A criança e o adolescente devem ter sua dignidade individual, suas necessidades, seus interesses e sua privacidade respeitados e protegidos, salvo a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral e a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, das ideias, das crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.
- A criança e o adolescente têm direito de serem consultados acerca de sua preferência em serem atendido por profissional do mesmo gênero.

Questão 30

O sistema de garantia de direitos intervirá nas situações de violência contra crianças e adolescentes com determinadas finalidades. Sobre tais finalidades, analise as assertivas e julgue V, para as verdadeiras, ou F, para as falsas.

- Mapear as ocorrências das formas de violência e suas particularidades no território nacional.
- Prevenir os atos de violência contra crianças e adolescentes.
- Fazer cessar a violência quando esta ocorrer.
- Promover a reiteração da violência já ocorrida.
- Promover o atendimento de crianças e adolescentes para maximizar as sequelas da violência sofrida.

Qual alternativa preenche, corretamente, de baixo para cima, os parênteses acima?

- F – F – V – V – V.
- V – V – V – F – F.
- F – V – F – V – F.
- V – F – F – F – V.

Questão 31

Maria, uma adolescente de 15 anos, que é cidadã alemã, vive no Brasil há dois anos com sua família. Ela está atualmente sob investigação em um caso de violência doméstica. Durante o processo, foi necessário que Maria prestasse depoimento como vítima do caso. No entanto, Maria se sente mais confortável falando em alemão, seu idioma nativo, do que em português.

Com base no Art. 4º do Decreto 9.603/18, qual medida a equipe responsável pela investigação deveria tomar em relação à Maria?

- a) Ignorar a preferência de Maria, já que ela vive no Brasil e deve falar português.
- b) Fornecer um intérprete de alemão para português, se possível, para garantir que Maria possa expressar seus sentimentos e experiências da maneira mais precisa e confortável possível.
- c) Exigir que Maria aprenda português para continuar com a investigação.
- d) Transferir o caso para as autoridades alemãs, pois Maria é cidadã da Alemanha.

Questão 32

Discurso ou prática institucional que submeta crianças e adolescentes a procedimentos desnecessários, repetitivos, invasivos, que levem as vítimas ou testemunhas a reviver a situação de violência ou outras situações que gerem sofrimento, estigmatização ou exposição de sua imagem.

O excerto acima se refere ao conceito de:

- a) Prática de sensibilização.
- b) Revitimização.
- c) Processo de intervenção precoce.
- d) Abordagem de suporte comunitário.

Questão 33

Em relação aos conceitos de violência institucional, acolhimento e serviço de acolhimento no Suas, analise as partes que seguem:

(1ª parte): Violência institucional - violência praticada por agente público no desempenho de função pública, em instituição de qualquer natureza, por meio de atos comissivos ou omissivos que prejudiquem o atendimento à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência.

(2ª parte): Acolhimento ou acolhida - posicionamento ético do profissional, adotado durante o processo de atendimento da criança, do adolescente e de suas famílias, com o objetivo de identificar as necessidades apresentadas por eles, de maneira a demonstrar cuidado, responsabilização e resolutividade no atendimento.

(3ª parte): Serviço de acolhimento no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - Suas - serviço realizado em tipos de equipamentos e modalidades diferentes, destinados às famílias ou aos indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir sua proteção integral.

Das partes, pode-se afirmar que:

- a) A 1ª parte não está correta, pois atos comissivos não configuram violência.
- b) A 2ª parte está incorreta, pois o simples acolhimento não permite a resolutividade no atendimento.
- c) A 3ª parte não está correta, pois dado o caráter básico do serviço de acolhimento no âmbito do Suas, não é possível garantir a proteção integral.
- d) Todas as partes estão corretas, de acordo com o Decreto.

Questão 34

A acessibilidade aos espaços de atendimento da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência deverá ser garantida por meio de, exceto:

- a) Implementação do desenho universal nos espaços de atendimentos a serem construídos.
- b) Eliminação de estratégias e implementação de barreiras para garantir a plena comunicação de crianças e adolescentes durante o atendimento.
- c) Adaptações razoáveis nos prédios públicos ou de uso público já existentes.
- d) Utilização de tecnologias assistivas ou ajudas técnicas, quando necessário.

Questão 35

A partir de determinado prazo após a publicação do Decreto, estabeleceu-se que os órgãos, os programas, os serviços e os equipamentos das políticas setoriais que integram os eixos de promoção, controle e defesa dos direitos da criança e do adolescente compõem o sistema de garantia de direitos. A estes, coube instituir, preferencialmente no âmbito dos conselhos de direitos das crianças e dos adolescentes, o comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com a finalidade de:

- I. Articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial.
- II. Colaborar para o aprimoramento da integração do referido comitê.
- III. Subestimar a importância da capacitação contínua e especializada dos profissionais que atuam na rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas I e II.
- b) I, II e III.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II.

Questão 36

Ao definir o fluxo de atendimento, cabe ao comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência considerar que:

- Os atendimentos à criança ou ao adolescente serão feitos de maneira não articulada.
- A cooperação entre os órgãos, os serviços, os programas e os equipamentos públicos será preterida.
- A superposição de tarefas será prioritária.
- Os mecanismos de compartilhamento das informações serão estabelecidos.

Questão 37

Na hipótese de o profissional da educação identificar ou a criança ou adolescente revelar atos de violência, inclusive no ambiente escolar, ele deverá:

- Comunicar o Conselho Tutelar.
- Informar à criança ou ao adolescente, ou ao responsável ou à pessoa de referência, sobre direitos, procedimentos de comunicação à autoridade policial e ao conselho tutelar.
- Encaminhar a criança ou o adolescente, quando couber, para atendimento emergencial em órgão do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.
- Acolher a criança ou o adolescente.

Qual alternativa apresenta a correta ordem de execução das ações, conforme disposto no Artigo 11 do Decreto?

- I; IV; II; III.
- III; I; II; IV.
- IV; II; III; I.
- IV; I; II; III.

Questão 38

O acompanhamento especializado de crianças e adolescentes em situação de violência e de suas famílias será realizado, em articulação com os demais serviços, programas e projetos do Suas, preferencialmente no _____ por meio do _____.

Qual alternativa preenche, correta e respectivamente, as lacunas acima?

- Centro de Referência Especializado de Assistência Social; Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.
- Centro de Referência de Assistência Social; Serviço de Acolhimento Institucional.
- Núcleo de Apoio à Família; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

As questões de 39 a 50 se referem à Lei nº 14.344/22, que Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.

Questão 39

Configura violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano patrimonial:

- No âmbito do domicílio ou da residência da criança e do adolescente, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.
- No âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que compõem a família natural, ampliada ou substituta, por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.
- Em qualquer relação doméstica e familiar na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, somente em situações de coabitação contínua e duradoura.

Das assertivas, NÃO se pode afirmar que:

- Apenas III está incorreta.
- I, II e III estão corretas.
- II está correta.
- III não está incorreta.

Questão 40

As estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente serão incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Sistema Único de Saúde, do Sistema Único de

Assistência Social e do Sistema de Justiça e Segurança, de forma integrada, a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativo às crianças e aos adolescentes. Por meio da _____ que prevê o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, os entes federados poderão remeter suas informações para a base de dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Qual alternativa preenche, corretamente, a lacuna?

- a) concentração hierárquica de poderes.
- b) exclusividade do poder executivo.
- c) política de sigilo absoluto.
- d) descentralização político-administrativa.

Questão 41

Será adotado modelo de registro de informações para compartilhamento do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, que conterá, exceto:

- a) Os dados pessoais da criança ou do adolescente.
- b) A descrição do atendimento.
- c) O relato coercitivo da criança ou do adolescente.
- d) Os encaminhamentos efetuados.

Questão 42

Em conformidade com a Lei 14.344/22, e mais especificamente o artigo 7º desta lei, os governos - União, Distrito Federal, Estados e Municípios - têm autoridade para criar e promover uma série de serviços e programas voltados para o atendimento de crianças e adolescentes em situações de violência doméstica e familiar. Nesse sentido, avalie as seguintes ações implementadas pela prefeitura de uma cidade imaginária e assinale a alternativa que NÃO está prevista nessa lei.

- a) Criação de um centro de atendimento psicológico especializado para crianças e adolescentes vítimas de violência.
- b) Implementação de um programa de acolhimento familiar para crianças retiradas de suas casas por conta de violência doméstica.
- c) Estabelecimento de um núcleo da defensoria pública especializado no atendimento de casos de violência contra crianças e adolescentes.
- d) Lançamento de uma campanha de arrecadação de livros para bibliotecas comunitárias.

Questão 43

Pedro, um adolescente de 15 anos, foi vítima de violência doméstica. Ao ser descoberto, a situação foi imediatamente reportada à polícia local. De acordo com o Art. 13 da Lei 14.344/22, qual das seguintes ações

NÃO está entre as responsabilidades da autoridade policial nesse caso?

- a) Encaminhar Pedro para atendimento no Sistema Único de Saúde e ao Instituto Médico-Legal imediatamente.
- b) Garantir que Pedro seja inscrito em um programa de assistência educacional suplementar.
- c) Garantir proteção policial para Pedro, quando necessário, comunicando de imediato o Ministério Público e o Poder Judiciário.
- d) Fornecer transporte para Pedro, e quando necessário, para seu responsável ou acompanhante, para um serviço de acolhimento existente ou local seguro, quando houver risco à vida.

Questão 44

A polícia de um município que não é sede de comarca recebeu uma denúncia de violência doméstica contra um adolescente. O delegado não estava disponível no momento, então um policial decidiu imediatamente afastar o agressor do lar. Considerando o Art. 14 da Lei 14.344/22, qual ação deve ser tomada a seguir?

- a) O policial deve aguardar a chegada do delegado para comunicar a situação.
- b) O policial deve comunicar a situação ao juiz dentro de 24 horas.
- c) O policial deve solicitar ao Conselho Tutelar que represente a situação à autoridade judicial.
- d) O policial deve manter o agressor em custódia até a chegada do delegado.

Questão 45

João, um adolescente de 15 anos, é vítima de violência doméstica por seu padrasto. A polícia é notificada e o caso é encaminhado ao juiz. Segundo a Lei 14.344/22, quais são as ações que o juiz deve tomar em até 24 horas após receber o expediente com o pedido de medidas protetivas de urgência?

- a) Decidir sobre as medidas protetivas de urgência e encaminhar o responsável pela criança ou adolescente ao órgão de assistência judiciária, se aplicável, além de comunicar o Ministério Público e determinar a apreensão de qualquer arma de fogo na posse do agressor.
- b) Encaminhar o caso ao Conselho Tutelar para que este decida sobre as medidas protetivas de urgência.
- c) Comunicar o Ministério Público e determinar a apreensão de qualquer arma de fogo na posse do agressor, além de notificar o responsável legal pelo adolescente sobre os atos processuais relacionados ao agressor, exceto sobre a saída da prisão.
- d) Encaminhar o responsável pelo adolescente ao órgão de assistência judiciária, comunicar o Ministério Público do Trabalho e decidir sobre as medidas protetivas de urgência.

Questão 46

Maria, uma menina de 10 anos, é vítima de violência doméstica por parte do seu pai, que é um policial armado. Uma vez constatada a prática de violência doméstica e familiar, quais medidas protetivas de urgência o juiz pode determinar ao agressor, de acordo com o artigo 20 da Lei 14.344/22?

- a) Afastamento do lar, proibição de aproximação de Maria, seus familiares e testemunhas, e suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente.
- b) Proibição de aproximação de Maria e suspensão da posse ou restrição do porte de armas, mas sem comunicação ao órgão competente.
- c) Afastamento do lar e proibição de aproximação de Maria, mas sem suspensão da posse ou restrição do porte de armas.
- d) Afastamento do lar e proibição de aproximação de Maria, seus familiares e testemunhas, mas sem suspensão da posse ou restrição do porte de armas.

Questão 47

João, uma criança de 8 anos, é vítima de violência doméstica por parte de seu pai. Após a denúncia, as autoridades competentes se mobilizaram para proteger João e garantir sua segurança. De acordo com a Lei 14.344/22, são medidas protetivas de urgência o juiz pode determinar para proteger a vítima:

- I. Determinar a prisão preventiva do agressor.
- II. Determinar a inclusão de João em um programa de proteção a vítimas ou a testemunhas.
- III. A realização da matrícula da criança ou do adolescente em instituição de educação mais próxima de seu domicílio ou do local de trabalho de seu responsável legal, ou sua transferência para instituição congênere, se houver vaga.

Das assertivas, pode-se afirmar que:

- a) Apenas I e III estão corretas.
- b) I, II e III estão corretas.
- c) Apenas III está incorreta.
- d) Apenas II não está correta.

Questão 48

Maria, promotora de justiça, está lidando com um caso de violência doméstica contra um adolescente. De acordo com a Lei 14.344/22, quais são algumas das ações que Maria, como membro do Ministério Público, pode realizar para abordar esse caso?

- a) Maria somente pode intervir no caso após o término do inquérito policial.
- b) Maria pode registrar o caso de violência doméstica em seu sistema de dados, requisitar força policial e serviços públicos de saúde, educação, assistência

social e segurança, e fiscalizar os estabelecimentos de atendimento à criança e ao adolescente e tomar medidas cabíveis em relação a qualquer irregularidade constatada.

- c) Maria pode exclusivamente fiscalizar os estabelecimentos de atendimento à criança e ao adolescente e tomar medidas cabíveis em relação a qualquer irregularidade constatada.
- d) Maria não tem permissão para intervir nos casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes.

Questão 49

Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presença ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao _____ da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ao Conselho Tutelar ou à autoridade policial, os quais, por sua vez, tomarão as providências cabíveis.

Qual alternativa preenche, corretamente, a lacuna?

- a) Disque 100.
- b) Disque 180.
- c) Disque 181.
- d) Disque 192.

Questão 50

Acerca do crime de “Deixar de comunicar à autoridade pública a prática de violência, de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra criança ou adolescente ou o abandono de incapaz”, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A pena é de detenção, de 6 meses a 3 anos.
- b) A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta morte.
- c) Aplica-se a pena em dobro se o crime é praticado por ascendente, parente consanguíneo até terceiro grau, responsável legal, tutor, guardião, padrasto ou madrasta da vítima.
- d) A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu a medida protetiva.

ATENÇÃO: TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta PROVA, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa, conforme previsto no art. 184 e parágrafos do Código Penal, bem como indenizações conforme previsto nos arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais.